

Marta Banasiak
Universidade de Lisboa/FCT
banan158@hotmail.com

Matizando a violência: as representações das relações coloniais na obra de João Paulo Borges Coelho

Resumo:

O presente artigo analisa o processo de recuperação das relações sociais durante o período colonial na obra do escritor moçambicano João Paulo Borges Coelho. Esse processo é visto como um plano de preenchimento do espaço vazio da memória coletiva da nação moçambicana que se deu através duma violenta rutura com o passado operada pelas políticas da pós-independência.

Palavras-chave: Moçambique, memória, relações sociais, colonialismo, pós-colonialismo

Abstract:

Tones of Violence: representing colonial relations in the work of João Paulo Borges Coelho

This article analyses the process of recuperation of social relations during the colonial period in the work of a Mozambican writer João Paulo Borges Coelho. The process is seen as a project of filling an empty space in the collective memory of Mozambican nation that has emerged due to a violent rupture with the past triggered off by the post-independence politics.

Keywords: Mozambique, Memory, Social relations, Colonial, Post Colonial

[A] sociedade é um assunto demasiado sério para ser deixado aos políticos.

João Paulo Borges Coelho

A escolha da literatura como campo privilegiado para uma análise de relações de poder, sob uma perspectiva pós-colonial, é reduzida, mas não necessariamente redutora. Pois é, sem dúvida, através da literatura que muitas dessas relações são expostas, defendidas e atacadas de um modo por vezes difícil ou até mesmo impossível por outros meios.

Paulo de Medeiros, “Apontamentos para conceptualizar uma Europa pós-colonial”

No ensaio cujo excerto dá o mote à presente comunicação, Paulo de Medeiros alerta para um certo “pecado por omissão” que tem sido cometido com frequência pelos estudos pós-coloniais:

Um dos problemas mais flagrantes dos estudos pós-coloniais, no entanto, pouca ou nenhuma atenção tem recebido: embora um dos pressupostos da teoria pós-colonial seja o desmantelamento de falsas dicotomias entre metrópole e colónia, com o intuito de (re)valorizar a produção cultural dos territórios colonizados, na realidade essas dicotomias acabaram por ser reificadas através de um processo de culpabilização dos poderes coloniais e uma admiração excessiva por tudo que parece opor-se-lhe. (...) Quer através da demonização desse passado imperialista (aliás ainda bastante recente), quer através das tentativas de relativizar a importância da Europa na construção do mundo moderno, grande parte da teoria pós-colonial ignora a complexidade das relações coloniais, a multiplicidade de experiências coloniais e a sua diversidade temporal e geográfica. (Medeiros, em: Sanches, 2006: 340)

Ou seja, a narrativa pós-colonial, muitas vezes e até ao presente, quando se ocupa do passado colonial cai na armadilha simplista da oposição colonizado vs. colonizador, “construída pelos regimes coloniais e reproduzida pelas narrativas anticoloniais” (Castelo et al., 2012: 19). Atitude que impede a aceitação e, por conseguinte,

a incorporação da complexidade das relações coloniais como um elemento incontornável de formação identitária nas sociedades pós-coloniais, já que essa complexidade tende a ser representada como uma parte da história cuja presença se evita na memória contemporânea, a não ser que seja somente através da memória da opressão exercida pelo elemento europeu.

Nesta perspectiva, o caso moçambicano não se mostra diferente. A maioria das narrativas sobre a época colonial que surgem depois de 1975 não foge à dicotomia, ignorando o fato de que, como apontam os autores de um volume de ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique, intitulado *Os Outros da Colonização*, “[os] «outros» vários que aquele binómio esconde ou exclui eram presença comum em situação colonial, estavam de alguma forma em contacto, interagiram, pese embora dentro das relações de poder de geometria variável” (Castelo et al., 2012: 19).

Isto acontece precisamente em consequência da mencionada produção do binómio simplista pelas narrativas anticoloniais, já que de certa forma as narrativas pós-coloniais, ou melhor, as da pós-independência, constituem a sua continuação. Olhando o panorama da prosa moçambicana contemporânea podemos facilmente notar algumas tendências gerais que prevalecem durante toda a época da independência. O mais frequente a acontecer é os autores assumirem o papel de “voz do povo”, quer dizer, a voz de alguma coletividade, seja ela os moçambicanos em geral ou uma coletividade mais específica como por exemplo, as mulheres, os idosos etc., denunciando os problemas dessa coletividade, eventualmente apresentando propostas para a sua solução. Esta tendência é muito visível por exemplo na obra da Paulina Chiziane, que se tornou a portavoz da mulher moçambicana, ou também na escrita de Mia Couto, que frequentemente fala, por exemplo, em defesa dos idosos abandonados. Outra tendência bastante frequente na literatura moçambicana é aquela que podemos identificar como um regresso à chamada “ancestralidade africana”, uma volta às origens, ou, eventualmente, um realismo animista.

Tendo estas duas tendências como pano de fundo, fáceis de perceber tanto no contexto da afirmação cultural e identitária do africano

como no contexto das dificuldades e “doenças” contemporâneas duma sociedade emergente, o tempo colonial, inclusive o seu período final, surge como uma idade das trevas, um tempo obscuro, parte da história que, sendo classificada como época de opressão, não deve ser mencionada sob outra perspectiva. No entanto, como constataam os autores de *Os Outros da Colonização*:

Tudo indica, enfim, que este período que vimos denominando como tardo-colonial foi particularmente dinâmico e em grande medida responsável pela diversidade moçambicana que sucede à independência do país. É o tardo-colonialismo produtor de alteridades, de grupos que nos oferecem uma visão multifacetada do que foi este período, que o distancia da retórica luso-tropical do regime vencido, mas certamente propõe problemas para aqueles que, vencedores, se apropriaram do poder em Moçambique. (Castelo et al, 2012: 24)

Neste panorama singulariza-se a voz literária de João Paulo Borges Coelho, historiador de profissão, cuja obra, como tentaremos demonstrar, tende a “iluminar as trevas”, talvez com o intuito de devolver a Moçambique e à sua sociedade a parte da história e da memória que lhe pertence com toda a sua complexidade e diversidade; ou então com o intuito de denunciar uma rutura na memória social criada pelo poder da pós-independência, uma rutura que para aqueles que não viveram a experiência colonial se torna um abismo, *no man’s land* da memória coletiva. O próprio autor numa entrevista dada a Sheila Khan afirma:

Para mim, é chocante a ruptura que a independência operou, é um bocado chocante esta postura da tábua rasa. Há aqui um processo que é perverso, e eu não culpo, não se trata de culpar a FRELIMO nisso, trata-se de tentar entender, porque a questão da memória interessa-me do ponto de vista literário, enquanto produtor, do ponto de vista histórico, enquanto historiador (...) [A]qui não há cinzentos, isto é tudo um elo de contrastes, o passado colonial não existe, existe nas zonas libertadas, que a FRELIMO traz para dentro. Agora, se nós olharmos de uma outra perspectiva, oitenta por cento ou mais da população moçambicana, em 75, não tinha

experiência direta da guerra, a guerra estava confinada às zonas do norte. Há aqui oitenta por cento de moçambicanos que ficaram sem passado, porque o passado não existe. [...] grande parte dos meus alunos já não tem experiência colonial, e pior do que isso, não tem experiência e não tem memória social, no sentido não da memória directa, mas da memória colectiva. (Khan, 2007: 3-4)

Desta forma, nos universos narrativos que constrói, João Paulo Borges Coelho procura reconstruir as memórias individuais dum tempo apagado. Dedicando-se na obra ficcional às técnicas da micro-história, recupera os diversos mundos do tempo colonial com todos os seus meandros, contrastes e contradições que “se organizam em torno de uma atitude de igualdade e de justiça humana face à premência de lançar âncoras em uma História dos «calados», nomeando-se as margens, os silêncios, as fragilidades de todos aqueles que testemunharam os ciclos, as transições, as mudanças desta nação em construção que é Moçambique.” (Khan, 2008: 134). Tudo isto dentro dum projeto de ética e mundividência que embora comente a sociedade moçambicana, não prescinde de ser uma voz individual e autónoma, de um escritor, historiador e cidadão.

Nunca se despiando do histórico, João Paulo Borges Coelho vem buscando e (re)criando nas suas narrativas as vozes subjetivas dos indivíduos das mais variadas camadas sociais e étnicas, fazendo com que possam construir diálogos entre si e também com as várias narrativas oficiais da nação, criando um espaço mais amplo para a reescrita da memória alternativa e desestabilizando ao mesmo tempo a hegemonia da memória oficial. Tomemos como exemplo o seu segundo romance, *As visitas do Dr. Valdez*, publicado em 2003.

As visitas do Dr. Valdez narra a estória das duas envelhecidas irmãs, Amélia e Caetana, que na véspera da independência abandonam a sua ilha natal, Ibo, e, acompanhadas por um jovem criado, Vicente, mudam-se para a cidade da Beira, mais segura nesses tempos perturbados de transição.

O enredo desenvolve-se em volta dum jogo com o passado em que Vicente, sob o olhar crítico e desconfiante de Sá Caetana, veste

a pele do falecido Dr. Valdez, médico e amigo de Sá Amélia, que na altura já se encontra fragilizada física e mentalmente. Estas visitas são ao mesmo tempo o anúncio da inversão da ordem antiga e o pretexto para voltar às memórias dos tempos antigos no norte do país chamado Moçambique. As analepses, por sua vez, desempenham não só uma simples função descritiva relativamente ao passado, mas, principalmente, servem ao leitor como uma chave para a descodificação das ações e dos movimentos ensaiados durante as três visitas. Já neste recurso fica clara a sugestão duma continuidade entre o colonial e o pós-colonial em termos sociais, isto é, sugere-se que o passado, ao influenciar o presente seja por concordância, seja por oposição, influencia também o futuro. Continuidade em vez de rutura.

Através do olhar retrospectivo, tanto das personagens quanto do narrador, desenha-se perante os olhos do leitor o microcosmos colonial da ilha de Ibo na primeira metade do século vinte. Como pilar deste mundo surge a figura de Anna Bessa, matriarca um pouco ausente, filha duma mariscadora e dum traficante português, herdeira das suas posses. Casada duas vezes, uma vez com um indiano, pai de Amélia e outra vez com um alemão, pai de Caetana, desaparecido no início da grande guerra. A este mosaico de etnicidades juntam-se os dois genros portugueses de Anna Bessa, o Major Ferreira, militar dessa mesma guerra que afugentou o segundo marido da matriarca, e que por causa dos negócios vai-se aventurar numa bigamia dividida entre casa e palhota; e o outro genro, o transmontano njungo Araújo, que procurando enriquecer passou pelas roças de São Tomé para vir a ser proprietário dum coqueiral no Ibo. E para completar o quadro, nas sombras da casa grande, os criados, isto é a família do Vicente que acompanha a família da Anna Bessa desde os tempos do pai desta, que nas retrospectivas é representada pelo Cosme Paulino, pai do jovem criado. Como numa capulana encontram-se e desencontram-se as cores e as linhas, neste tecido diegético destacam-se várias configurações de interdependências, afinidades e claramente também, desigualdades entre diferentes membros deste universo que inevitavelmente se vai desmoronando, pois, nas palavras do narrador:

Hierarquias velhas de muitos anos, que pareciam de pedra e cal, não passavam afinal de pequenos acasos transitórios dentro dos quais não cabia o menor vislumbre de lealdade ou reconhecimento. Os criados partiam mal adivinhavam a incerteza no rosto dos patrões. De facto, reconhecer o quê, o ódio ou a caridade? (Coelho, 2004: 70)

Na verdade, e não é de surpreender, as relações entre os senhores e os criados constituem o foco do enredo, onde a subordinação, ou melhor, a subjugação é inquestionável, pelo nenhum dos lados no tempo retratado nas analepses e, como veremos mais adiante, acaba por ser a força motriz da inversão nos tempos da transição. No entanto, o que se dá numa forma evolutiva a nível individual, a nível coletivo dos donos dos novos tempos acontece por via duma violência desnecessária, vinda da recusa bruta de todos os elementos que pertenciam ao passado colonial. Isto é mais visível na passagem que retrata a morte do velho Cosme Paulino, que estava a tomar conta do coqueiral abandonado pelas patroas. O criado é morto pelos guerrilheiros que se apoderam das antigas propriedades coloniais. Os guerrilheiros e o povo que, “Se haviam perdido alguma coisa era o resto de respeito que naquele lugar havia pelos brancos, a quem chamavam agora de colonos” (Coelho, 2004: 96).

Borges Coelho, como aliás é típico nas suas narrativas, problematiza o desentendimento entre o plano da fúria devastadora da ideologia político-social e as minuciosas e complicadas razões do indivíduo, que não chegam a dialogar:

Contasse Paulino o que sabia e a surpresa seria enorme. Venho de muito longe no tempo, lá onde vocês não pertenciam, diria. Este meu andar silencioso, como que andando por cima das coisas sem lhes tocar, não era para vos fazer mal. Aprendi-o por duas razões: para não riscar o imaculado chão das casas Grande e Pequena com os meus grossos pés descalços, e para não sujar o silêncio das tardes arrastadas que mama Ana Bessa passava olhando o mar e cantando baixinho. (Coelho, 2004: 99)

E mais adiante:

Tornaram a bater no velho. Faltava-lhes imaginação para se contentarem com a história verdadeira, que ele apenas entreabria naquele intróito.

Batiam-lhe sempre que recomeçava, tentando saciá-los com a verdade. Queriam que inventasse outro enredo mais conforme com os seus anseios. E tanto lhe bateram que Cosme Paulino acabou por suspender uma frase a meio, sem forças ou já desinteressado da sua continuação. E assim foi. (Coelho, 2004: 100)

O silenciamento do velho é claramente a metáfora do silenciamento da memória dum tempo histórico, que embora se tenha dirigido por regras injustas, merece ser ouvido e analisado. Não para ser desculpado, mas para ser entendido com todas as suas meandros, rizomas e ramos, para que a poeira possa ser limpa das memórias do passado e estas por sua vez colocadas no seu devido e ativo lugar. Na diegese do livro em análise, isto acontece através do confronto das memórias com o presente das duas velhas irmãs e do jovem criado.

Como já assinalado, as memórias, além de mostrarem as várias cores, linhas e nós no tecido colonial, constroem, como repara Nazir Can, “pontes de sentido que fazem o passado participar ativamente no presente, servindo ainda de modelo ou de antimodelo para a ação a ser adotada no futuro” (Can, 2014: 190).

Logo no início é da vontade em voltar ao passado por Sá Amélia e da vontade em agradar a velha patroa por parte de Vicente, uma vontade vinda das lealdades e obediências pertencentes ao passado, que surge a ideia de encenar as visitas do Dr. Valdez. A partir daí dá-se a primeira visita do, ainda um pouco intimidado, Valdez, durante a qual Vicente pela primeira vez ensaia a “igualdade” do futuro, que, no entanto, só lhe é permitida graças à máscara emprestada do passado:

Senta-se pela primeira vez naquele sofá que conhece tão bem por tantas vezes lhe ter sacudido o pó. Sentar-se ali tem um gosto especial que ele não sabe ainda definir, não só por ser mais macio para o rabo do que a esteira onde se senta a ouvir futebol português e simangemange nas tardes de domingo, ou a lata de petróleo que lhe serve de assento ao jantar. Sentar-se ali no sofá é gozar uma promiscuidade nova com um mundo que tão bem conhece, mas que até agora lhe estava vedado. (Coelho, 2004: 57-58)

No entanto os modos exagerados, para não dizer caricatos, que o Vicente representa fingindo-se o velho médico português, despertam também os primeiros sinais de uma assustadora autorreflexão vinda dum jogo de espelhos em que Sá Caetana se pergunta a si própria: “Meu Deus! Será que é assim que eu guardo Valdez na lembrança sem o saber? Ou será que é assim que Vicente nos vê a nós, os brancos todos?” (Coelho, 2004: 59).

E é também no passado que Vicente busca a força que faz o Valdez ressuscitado recusar o açúcar para o chá. Esse ato, visto como sinal de alto atrevimento pela Sá Caetana, é, porém, uma manifestação da dignidade humana que vem ultrapassando os limites artificiais das obediências antigas. Pois, como o narrador revela ao leitor, essa recusa tem origem numa traumática memória da infância em que Vicente assistiu à cruel punição de seu pai por ter comido o açúcar do patrão.

Esses primeiros passos no caminho de inversão da velha ordem fazem com que a segunda visita demore a chegar, pois Sá Caetana sente-se ameaçada pelo que possa vir:

Notava-lhe até alguma mudança de atitude desde essa primeira visita, um modo novo de a olhar que desafiava o respeito. Como se em vez de estar cumprindo as ordens fosse ele a fabricá-las. Era sobretudo o olhar que a incomodava. Olhar de desafio, olhar cúmplice, mesmo se nele não deixava de transparecer uma certa ingenuidade. (Coelho, 2004: 92)

E é precisamente nesta segunda visita que acontece o confronto verbal direto entre a patroa e o criado-doutor. A terceira, e a última, visita do Valdez traz, como escreve Can, “o complemento fundamental do desdobramento das máscaras e de olhares” (Can, 2014: 190), dando definitivamente voz ao subalterno. Vejamos a entrada de Vicente-Valdez:

Os mesmos calções brancos engomados por Vicente, as mesmas meias altas, a mesma pose de velho branco africano levemente derrotado, minado pela humidade e pela malária, e, contudo, não desistindo de alguma altivez. Agora uma altivez encimada e reforçada por uma máscara-elmo do mapiko que o doutor trazia posta, escondendo-lhe completamente

o rosto. Uma máscara com um velho bigode de algodão e a expressão de um sorriso congelado que há em todas as máscaras. (...). Procurou os olhos de Vicente e não os encontrou. Estavam escondidos atrás dos olhos do Dr. Valdez, que por sua vez se escondiam atrás da máscara. (Coelho, 2004: 139-140)

A transformação do Valdez em mapiko, um espírito maldoso da cultura makonde, preso entre o mundo dos vivos e o dos mortos, e ao mesmo tempo a fusão entre o jovem criado e o velho colono escondidos os dois atrás dum elemento ancestral, ou, se quisermos pré-colonial, juntam-se numa força motriz de um futuro composto irrevogavelmente por três fases da história de Moçambique. Desta forma, destaca-se mais uma vez a necessidade de preencher as lacunas e ruturas, pois sem o conhecimento do passado e seus meandros, o elemento do futuro, neste caso o jovem Vicente, nunca poderia alcançar a voz.

Anunciada, pré-estabelecida a nova ordem, a narrativa das três personagens ligadas por uma história turbulenta acaba. Sá Amélia – Maméia – morre, ou então, como nas palavras de Sheila Khan: “Placidamente, reconhece que a narração de si se esgotou, pois calam-se nela as vozes que a guiaram ao longo da sua vida: por um lado, a do corpo físico na sua relação com o mundo dos objectos, e por outro, a dos sentimentos – testemunhos mnemónicos das suas lembranças” (Khan, 2008: 138).

Sá Caetana, na impossibilidade de manter as regras do passado e na incapacidade de se adaptar aos novos tempos, parte para a metrópole, no entanto já presentindo a saudade da terra que era dela. “Será que há cardamomo em Portugal?” (Coelho, 2004: 213), pergunta-se a si própria.

E Vicente? Este, vai enfrentar o futuro levando consigo a memória dos vários passados. Será que os saiba usar?

Tantas portas para atravessar: o frenético som do mapiko iluminando-lhe os caminhos que é necessário percorrer para se fazer homem; Cosme Paulino, com paterna autoridade, ordenando-lhe que franqueie a porta da lealdade e da paciência; Sá Amélia, a enigmática

patroinha, ensinando-lhe a arte vaga das cumplicidades; o Dr. Valdez, por detrás dos seus alvos bigodes, explicando-lhe como se sente um homem branco; Jeremias e Sabonete mostrando-lhe que os homens têm vícios e alegrias, e alegrias nos vícios; Ganda, na sua dança mortífera, levando-o a descobrir a importância do desafio e do olhar; enfim, Maria Camba Françoise revelando-lhe o peso que tem o corpo e como nele se acende o lume do desejo (Coelho, 2004: 174).

Referências bibliográficas

- CAN, N. A. (2014), *Discurso e poder nos romances de João Paulo Borges Coelho*, Alcance, Maputo.
- CASTELO, C. (et al.) (2012), *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, ICS, Lisboa.
- COELHO BORGES, J. P. (2004), *As visitas do Dr. Valdez*, Caminho, Lisboa.
- MEDEIROS, P. de (2006), “Apontamentos para conceptualizar uma Europa pós-colonial”, em: Sanches Ribeiro, M. (org.), *Portugal não é um país pequeno*, Cotovia, Lisboa, pp. 339-356.
- KHAN, S. (2008), “Narrativas, rostos e manifestações do pós-colonialismo moçambicano nos romances de João Paulo Borges Coelho”, *Gragoata*, 24, Niterói, pp. 131-144.